



**FACULDADES MAGSUL**

**ELAINE DORNELES GOMES**

**DEFICIÊNCIA AUDITIVA: ESTUDO DE CASO NO 1º ANO DO ENSINO  
FUNDAMENTAL EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ**

**PONTA PORÃ  
2015**

ELAINE DORNELES GOMES

**DEFICIÊNCIA AUDITIVA: ESTUDO DE CASO NO 1º ANO DO ENSINO  
FUNDAMENTAL EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ**

Monografia apresentada à Banca Examinadora das Faculdades Magsul , como exigência parcial para obtenção do título de Graduação em Pedagogia, sob a orientação da Profª. Ma. Emne Mourad Boufleur.

PONTA PORÃ  
2015

ELAINE DORNELES GOMES

**DEFICIÊNCIA AUDITIVA: ESTUDO DE CASO NO 1º ANO DO ENSINO  
FUNDAMENTAL DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ**

Monografia apresentada à Banca Examinadora das Faculdades Magsul , como exigência parcial para obtenção do título de Graduação em Pedagogia, sob a orientação da Profª. Ma. Emne Mourad Boufleur.

**Data de aprovação:** 15/ 08/ 2015

**Local:** Faculdades Magsul

**Banca Examinadora:**

---

**Orientador(a):** Profª. Ma. Emne Mourad Boufleur  
Faculdades Magsul(FAMAG)

---

**Membro:** Profª.Ma. Roseli Áurea Soares Sanches  
Faculdades Magsul(FAMAG)

PONTA PORÃ  
2015

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a minha família que sempre me incentivou a cursar o Ensino Superior.

À professora e coordenadora do curso Emne Mourad Boufleur, que me orientou.

Às minhas colegas e professoras que estiveram comigo nesta caminhada.

*Dedico este trabalho primeiramente a Deus, que me deu forças a cada dia para continuar, mesmo diante das dificuldades. À minha mãe Janete Aparecida Dorneles e a meu pai Enoque Franco Gomes que sempre me incentivaram a estudar. A meu filho Eduardo que sentiu minha ausência por várias vezes ao longo desses anos. Enfim, a todos que direta ou indiretamente contribuíram para que eu chegasse até aqui.*

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

**MEC-** Ministério da Educação

**FENEIS-** Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos

**SED-** Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul

**MS-** Mato Grosso do Sul

**PPP-** Projeto Político Pedagógico

GOMES, Elaine Dorneles. **Deficiência auditiva:** estudo de caso no 1º ano do Ensino Fundamental em uma Escola Municipal de Ponta Porã. 46 folhas. Trabalho monográfico. Faculdades Magsul, 2015.

## RESUMO

A pesquisa reflete sobre a necessidade de proporcionar a qualquer indivíduo a oportunidade de participar da vida como um igual, sem distinções ou dificuldades. A integração na escola só acontece quando se elabora um projeto educacional para cada candidato à inclusão, desde a avaliação das competências até uma reestruturação do projeto da escola. O que se pretendeu foi realizar uma sondagem em uma escola da rede municipal de ensino, com objetivo de saber se existe um trabalho diferenciado com alunos deficientes auditivos. Posteriormente oferece o presente trabalho embasamento teórico para que o profissional da área entenda e possa atuar com mais facilidade na instituição de ensino com essa clientela. Para o suporte teórico, o texto pautou-se em Felipe (2007); Gesser (2009); Gutierrez (1999); Loureiro (2004); Lüdke (1986); Quadros (2002); Sacks (1998) e outros que abordam a questão da surdez. O tema em foco surgiu durante o estágio supervisionado realizado em uma instituição de ensino, onde se presenciou a realidade vivenciada tanto pelo professor quanto pelo aluno com deficiência auditiva.

**Palavras-chave:** Surdez. Professor. Aluno.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	09
1. CONCEITO DE SURDEZ .....	10
1.1 CONSEQUÊNCIAS DA SURDEZ .....	11
1.2 DIAGNÓSTICO DA SURDEZ .....	12
1.3 CAMINHOS POSSÍVEIS PARA O TRATAMENTO DA SURDEZ .....	13
1.4 ASPECTOS EDUCACIONAIS DA SURDEZ .....	14
1.4.1 Função Social da Escola .....	18
1.4.2 Função do Professor .....	20
1.4.3 Função da Família .....	21
1.4.4 O Papel das Interações Sociais.....	22
<b>2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	25
2.1. CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO.....	25
2.2 SUJEITOS DA PESQUISA.....	27
3. A PESQUISA .....	27
3.1 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS.....	29
3.2 OBSERVAÇÕES E ENTREVISTA .....	30
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	34
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	36
<b>APÊNDICE A</b> .....	38
<b>APÊNDICE B</b> .....	39



## INTRODUÇÃO

Todo tipo de problema que possa, de alguma forma, causar prejuízo no processo escolar do sujeito é definido como dificuldade de aprendizagem. Um novo posicionamento diante do ensinar e do aprender implica que se ampliem os horizontes, para poder apreender a multidimensionalidade de fatores que estão presentes no processo de aprendizagem.

A focalização do objeto humano é a aprendizagem e necessita ir além dos paradigmas já existentes, para que se consiga fazer uma educação inclusiva na diversidade em que vivemos. Pelo caráter interdisciplinar, a educação reúne recursos teóricos e metodológicos para enfrentar os desafios de compreender a aprendizagem humana, já que as dificuldades não são abstratas nem tampouco descontextualizadas.

A inclusão de crianças com surdez no ensino regular deve acontecer desde a educação infantil e esse processo deve estender-se até o ensino superior. A criança com deficiência precisa aprender a conviver com as outras desde cedo já em relação aos professores, estes precisam capacitar-se para entender a deficiência e não encará-la como algo que inferiorize o ser humano. Na verdade, a inclusão não só estimula os alunos com deficiência, como também prepara as outras crianças para conviver com as diferenças.

A reflexão desta problemática se deu através de observações feitas durante a realização do estágio supervisionado no 7º semestre quando se observou a existência de aluno deficiente auditivo, em escola regular. Então surgiram questões relevantes para abordar esse tema nessa pesquisa; Existe um trabalho educacional diferenciado com alunos com deficiência auditiva? Como é o relacionamento do professor com aluno deficiente auditivo? Quais as dificuldades que o aluno deficiente auditivo encontra na sala de aula de ensino regular? Quais as dificuldades que o professor regente encontra para trabalhar com alunos deficientes auditivos? A partir destes questionamentos esta pesquisa tem como pergunta condutora; Como é o trabalho do professor regente com o aluno com deficiência audtiva?

Assim, esta pesquisa tem como principal objetivo verificar se existe um trabalho educacional diferenciado com alunos deficientes auditivos, e de que forma os profissionais estão fazendo isso.

O trabalho tem como metodologia a pesquisa de campo qualitativa e pretende responder a esses questionamentos através do seus objetivos específicos; de estudo bibliográfico, observação para verificar como é o relacionamento professor-aluno em sala de aula além de entrevista para saber quais as dificuldades que ambos enfrentam no ensino regular.

A primeira seção aborda o referencial teórico estudo bibliográfico do caso, a segunda seção traz a metodologia utilizada na pesquisa e, posteriormente na terceira seção, os resultado da pesquisa.

## **1. CONCEITO DE SURDEZ**

Aos olhos do leigo, ser surdo parece ser algo relativamente simples: significa não ouvir. De acordo com o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, regulamentado pela Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, a qual dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais- Libras, e pelo art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, tem se que:

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras.

Parágrafo único.Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas freqüências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz (BRASIL, 2000).

Existem vários níveis de surdez a leve que significa a perda de 25 a 40 db, moderada 41 a 55 decibéis, acentuada 56 a 70 decibéis severa 71a 90 decibéis e a profunda perda auditiva acima de 91 decibéis.

A surdez, também chamada de deficiência auditiva, pode ser congênita ou adquirida. Na surdez congênita a criança adquire a deficiência durante a gestação. A aquisição da surdez pelo bebê pode se dar por medicamentos tomados pela gestante, doenças adquiridas durante a gestação, como sífilis e toxoplasmose, ou

por causa hereditária. A exposição da mãe a radiações e problemas no parto também podem causar surdez na criança. O fato de a criança nascer antes ou depois do tempo, infecções hospitalares, o uso de fórceps para retirar a criança ou a falta de oxigenação pode levar o bebê a ter problemas de surdez.

Sacks (2000, apud Quadros, 2006) afirma que os surdos pré-linguísticos não têm imagens auditivas e experiências mentais a que possam recorrer. Por nunca terem ouvido, não têm lembranças, imagens ou associações auditivas possíveis, "nunca terão a ilusão do som".

Os tipos de surdez são determinados considerando o período em que se dá a perda auditiva, ou seja, antes ou depois da aquisição da fala. Existem dois tipos de surdez; a pré-linguística ou pré-lingual e a pós - lingual ou pós-lingüística. A primeira é congênita ou surgida em tenra idade, antes da aquisição da fala. Já a segunda é característica das pessoas ensurdecidas depois de adquirir linguagem.

Atualmente muitos pesquisadores, assim como pessoas surdas, consideram que o termo "surdo" refere-se ao indivíduo que percebe o mundo por meio de experiências visuais e opta por utilizar a língua de sinais, valorizando a cultura e a comunidade surda (LIMA et al. 2006, p. 20).

Quando se diz; "surdo" as pessoas já imaginam uma pessoa que se comunica através de gestos, mímica ou Língua de Sinais ou seja utiliza uma comunicação visual. A língua de sinais(Libras) nasceu da necessidade de comunicação das pessoas hoje em dia esta ficando cada vez mais praticada entre os surdos e ouvintes, a criança pode aprender a se comunicar desde pequena através dela.

## **1.1 CONSEQUÊNCIAS DA SURDEZ**

Uma das maiores consequência da surdez esta ligada ao processo de comunicação principalmente se for severa ou profunda pois a criança perde muito do que acontece a sua volta. Segundo Loureiro (2004) "A surdez é um tipo de deficiência que afeta o aparelho auditivo do indivíduo, causando diminuição da audição e conseqüentemente dificuldade de perceber e entender a fala e outros

sons do meio ambiente” (p.11). A pessoa que tem deficiência auditiva, como consequência não vai falar e também não vai conseguir entender os sons do meio ambiente. Outra consequência é a falta de acesso a uma língua que seja compreendida por ela, muitas vezes os pais não sabem e não buscam aprender a Libras para se comunicar com os filhos.

Quando os pais ouvintes tem um filho surdo, eles tem de tomar uma decisão: escolher, pelo menos inicialmente, a modalidade de língua que o filho usará – audioverbal ou visuomanual. Embora exista, em um primeiro momento, o caráter de escolha, nada garante que a opção dos pais (ou dos profissionais) corresponderá opção futura do filho (SANTANA, 2007, p.26).

E a criança também tem que se ajustar a estrutura familiar, o que acaba ocorrendo de se comunicar por mimica, isso quando tem a comunicação ou então a família opta pela leitura labial, e a Libras é usada apenas em grupo de surdos.

Muitas vezes os pais vão descobrir a surdez quando a criança já esta com dois anos de idade, que percebem que a criança não se relaciona não se comunica com outras crianças, e então vem a insegurança dos pais, que não sabe se estão preparados para lidar com essa deficiência, é preciso buscar ajuda com profissionais e aconselhamento de pessoas que também tem filhos com deficiência auditiva para saber que caminho recorrer.

## **1.2 DIAGNÓSTICO DA SURDEZ**

A prevenção é uma forte aliada contra a surdez. Muitos casos de surdez são resultado de fatores transmitidos dos pais para os filhos. Também há necessidade de imunização da rubéola e meningite através das campanhas de vacinação existentes.

A surdez pode acontecer antes, durante ou depois do nascimento da criança. O primeiro passo é consultar um médico especialista. Em seguida, é necessário realizar testes auditivos para decidir qual o tratamento mais indicado. Pesquisas indicam que quanto mais cedo começa o tratamento, mais fácil é a adaptação do indivíduo à falta de audição.

O diagnóstico da surdez é feito através do histórico do paciente, de exames do ouvido e testes realizados por especialistas. Na maioria dos casos a audiometria é o exame mais importante para avaliar a audição. Outros exames podem ajudar na conclusão do diagnóstico. Além do diagnóstico, o médico que trata do ouvido (otorrinolaringologista) pode identificar a causa da surdez; encaminhar ao fonoaudiólogo (especialista na área da linguagem, fala, voz, audição, leitura e escrita); indicar um aparelho para amplificação do som; orientar os pacientes e responsáveis.

No Brasil as causas infecciosas de surdez congênita são muito frequentes, principalmente por causa da desinformação geral da população sobre as medidas preventivas. As Campanhas de Vacinação são, hoje, as formas de prevenção em massa e emergenciais de que dispomos, mas a conscientização das outras formas de prevenção de doenças ainda carece de incentivo e educação em higiene, condições ambientais e sanitárias e comportamento sexual.

Como vimos, a surdez pode ser causada por diversos fatores. Em alguns casos ela é reversível, em outros, não. Há no mercado aparelhos auditivos que amplificam o som, ajudando a pessoa a ouvir melhor. O uso destes aparelhos depende da causa da surdez e de indicação médica.

Nós podemos prevenir a perda auditiva de diversas maneiras, como;

- Evitar a exposição a ruídos intensos; se for realmente necessário, usar tampões de ouvido;
- Exames pré-natais na gestante pode evitar surdez na criança;
- Vacinação da criança para impedir que tenha contato com doenças que deixem sequelas como a surdez;
- Não tomar remédios ototóxicos sem prescrição médica.

### **1.3 CAMINHOS POSSÍVEIS PARA O TRATAMENTO DA SURDEZ**

Para as pessoas que apresentam sinais de surdez existem várias ações que podem diminuir suas consequências, como acompanhamento com fonoaudiólogo, participação em Programa de Estimulação Precoce e Educação Especial. Estas

ações diminuem os problemas que a surdez causa e melhoram o desempenho da pessoa. O tratamento de problemas do ouvido depende da causa e pode ser uma simples retirada de excesso de cera do ouvido realizado por um médico, ou chegar a tratamentos mais complexos, como cirurgias. As infecções de ouvido constantes devem ser muito bem tratadas. Quando uma infecção de ouvido dura muito tempo ou se repete várias vezes pode evoluir para uma diminuição da audição e, em casos extremos, para a surdez. Por isso, quando uma pessoa percebe que tem problema no ouvido, deve procurar e seguir o tratamento médico até se curar totalmente.

Segundo Sacks (1998), os surdos são capazes de falar porque possuem aparelho fonador idêntico a pessoa ouvinte, mas o que falta ao Surdo é a capacidade de ouvir a própria fala e, portanto, de monitorar com o ouvido o som da sua própria voz. Por isso, os surdos congênitos não dispõem de imagem auditiva, de como é realmente o som da fala, não tendo a noção da correspondência entre som e significado. O mundo do surdo congênito é eminentemente visual. A língua de sinais é a resposta dos surdos para a problemática de comunicação, é o instrumento cultural alternativo – uma língua que foi criada por eles e para eles, porque a língua de sinais é uma sequência de movimentos no espaço.

Aparelhos auditivos podem ajudar a ouvir bem melhor, apesar de não deixarem a audição perfeita. Eles trabalham amplificando o som do ambiente e utilizando o resíduo auditivo que o surdo possui. Pessoas com surdez Severa ou Profunda, que não podem se beneficiar dos aparelhos auditivos, devem procurar informações sobre a possibilidade de implante coclear (a cóclea faz parte do ouvido interno).

#### **1.4 ASPECTOS EDUCACIONAIS DA SURDEZ**

Para Gesser (2009), a educação de Surdos no Brasil foi influenciada pelas metodologias que surgiram nos séculos XVI a XIX. Hoje o Brasil conta com várias Classes Especiais, Salas de Recursos, ou seja, espaços educacionais para Surdos dentro de escolas regulares e Escola para Surdos para garantir o atendimento de 56.024 alunos Surdos matriculados nas diferentes escolas brasileiras. O Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos/MEC/FENEIS /SED/CAS/MS foi iniciado

em 2001 com a criação de 06 CAS - Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e Atendimento às Pessoas com Surdez.

Segundo Gesser (2009):

Uma das crenças mais recorrentes quando se fala em língua de sinais é que ela é universal. Uma vez que essa universalidade está ancorada na idéia de que toda língua de sinais é um código simplificado apreendido e transmitido aos surdos de forma geral, é muito comum pensar que todos os surdos falam a mesma língua em qualquer parte do mundo. Ora, sabemos que nas comunidades de línguas orais, cada país, por exemplo, tem sua (s) própria (s) língua (s). Embora se possa traçar um histórico das origens e apontar possíveis parentescos e semelhanças no nível estrutural das línguas humanas (sejam elas orais ou de sinais), alguns fatores favorecem a diversificação e a mudança da língua dentro de uma comunidade lingüística, como, por exemplo, a extensão e a descontinuidade territorial, além dos contatos com outras línguas (GESSER, 2009, p.12).

Algumas pessoas pensam que libras é só sinais e mímicas mas não, a LIBRAS possui as suas características próprias de sintaxe, morfologia, semântica e contexto, como qualquer outra língua. a Libras é uma língua e cada país possui sua língua de sinais, e é bem diferente uma da outra, uma pessoa que sabe o Português e a Libras pode ser considerada bilíngue.

Mesmo sendo pouco os Surdos Universitários, a Língua de Sinais está sendo utilizada e reconhecida, muitos Surdos estão se aprimorando e tornando-se Instrutores da LIBRAS, Professores, Mestres e Doutores em Educação e tantas outras áreas possibilitando a inclusão.

Segundo a legislação vigente, LIBRAS constitui um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas com deficiência auditiva do Brasil, na qual há uma forma de comunicação e expressão, de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria.

Decretada e sancionada em 24 de abril de 2002, a Lei N° 10.436, no seu artigo 4º, dispõe o seguinte:

O sistema educacional federal e sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de

Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente (BRASIL, 2002).

Há, portanto, a necessidade de se manter uma leitura crítica da política educacional brasileira, tomando como referência os principais documentos legais e normativos oficiais a partir da Constituição Federal de 1988.

Segundo Brasil (2002), integração e inclusão são vocábulos que expressam situações diferentes de inserção, que, por detrás, se posicionam em exclusões diferentes; integração tem sido compreendida de diversas maneiras, surgindo em função dos questionamentos quanto às práticas sociais e escolares de segregação, assim como as atitudes sociais em relação às pessoas com deficiência intelectual.

Sobre esta questão, há que se considerar que a integração e a inclusão são dois sistemas organizacionais de ensino que têm origem no princípio de normalização; normalizar não é tornar o indivíduo normal, mas é atender às suas necessidades e reconhecer o seu direito de ser diferente.

Para Silva; Kauchakje; Gesueli (2003):

O fato de as pessoas surdas apresentarem uma língua própria (a Língua de Sinais), nos leva a considerar como necessária a presença do intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), perante essas pessoas em muitas situações do cotidiano, na interação com os ouvintes (SILVA; KAUCHAKJE; GESUELI, 2003, p.236).

Uma vez que as pessoas surdas necessitem ou desejem se comunicar com os ouvintes, a presença do intérprete se torna relevante na mediação do contato entre surdos e ouvintes.

É um desafio que, ao ser devidamente enfrentado pela escola provoca a melhoria da qualidade da educação básica, posto que para que os alunos possam exercer o direito à educação em sua plenitude, é indispensável que a instituição de ensino aprimore suas práticas, a fim de atender às diferenças. De acordo com Góes (2002), frente a um estudo feito com alunos surdos:

A respeito das principais dificuldades dos alunos na aprendizagem do português, a professora focalizava o domínio lexical, não só ao



abordar, especificamente, o vocabulário, mas, também, ao se referir a certas questões semânticas, que eram, em geral, vinculadas à compreensão de palavras. Ou seja, apesar de atribuir de modo explícito um estatuto de língua aos sinais e reconhecer a existência de diferenças estruturais entre língua portuguesa e língua brasileira de sinais, a professora mostrava uma preocupação central com problemas relativos à incorporação / amplitude de vocabulário (GÓES, 2002, p.23).

Suas manifestações indicavam um reconhecimento da instância de uso da língua portuguesa e da língua brasileira de sinais como um mesmo conjunto de modalidades, envolvendo fala, escrita, sinais ou variações compostas.

Para Silva; Kauchakje; Gesueli (2003):

A exposição da criança a situações rotineiras que a coloquem diante de problemas de temporalidade, situações acidentais que levam a conseqüências, devem ser destacadas pelo adulto, pois levam-na à construção de causalidade, temporalidade e conceitos básicos (cor, tamanho, forma, categoria, classe de objetos, entre outros), essa é, a nosso ver, a situação ideal para esse período de desenvolvimento (SILVA; KAUCHAKJE; GESUELI, 2003, p.103).

A conscientização dos pais sobre a surdez de seu filho e a necessidade da aquisição da Língua de Sinais deve ser o primeiro aspecto a ser abordado, como passo decisivo para o desenvolvimento da criança.

Segundo Quadros (2004, p.76): “As línguas de sinais são, portanto, consideradas pela lingüística como línguas naturais ou como um sistema lingüístico legítimo e não como um problema do surdo ou como uma patologia da linguagem”.

A Língua de Sinais veio como instrumento de comunicação dos deficientes auditivos entre si e com pessoas ouvintes, e também para ajudar no processo ensino aprendizagem.

É importante que o professor saiba Libras ou que o aluno seja acompanhado nas aulas por um intérprete não basta somente que o aluno surdo frequente uma sala de aula, mas faz-se necessário que suas especificidades sejam atendidas. Destaca-se aqui o papel do professor, quanto ao desenvolvimento de um trabalho que valorize todas as diferenças, e que esta valorização esteja pautada nos objetivos de uma educação, que vise a valorização do exercício e cidadania, e a

preparação para estar inserido nos mais variados contextos sociais. Uma educação para todos.

Quadros (2004) apresenta resultados de pesquisas com surdos com lesões nos hemisférios esquerdo e direito do cérebro. As pesquisas mostraram que aqueles com lesão no hemisfério direito tinham condições de processar todas as informações linguísticas das línguas de sinais, mesmo sendo essas visuoespaciais. Por outro lado, os surdos com lesão no hemisfério esquerdo tinham condições de processar as informações espaciais não-linguísticas, mas não conseguiam lidar com as informações linguísticas. Portanto, tais estudos indicaram que as línguas de sinais são processadas no hemisfério esquerdo, assim como quaisquer outras línguas. Esse estudo comprova que a linguagem humana independe da modalidade das línguas.

Sabe-se que não basta somente que o aluno surdo frequente uma sala de aula, mas faz-se necessário que suas especificidades sejam atendidas. Destaca-se aqui o papel do professor, quanto ao desenvolvimento de um trabalho que valorize todas as diferenças, e que esta valorização esteja pautada nos objetivos de uma educação, que vise à valorização do exercício e cidadania, e a preparação para estar inserido nos mais variados contextos sociais. Uma educação para todos.

#### **1.4.1 Função Social da Escola**

Construir uma escola inclusiva não é uma tarefa fácil em um país como o Brasil. Além dos obstáculos já conhecidos, como a baixa qualidade do ensino, a falta de infraestrutura e o baixo salário dos professores, é preciso superar problemas ainda maiores. Tradicionalmente, a criança com deficiência encontra um espaço escolar cheio de barreiras. Não se trata apenas de falta de rampas ou de equipamento apropriado. São posturas e preconceitos que a impedem de crescer junto com as outras crianças.

À escola cabe preparar-se para receber esses alunos, independentemente de quaisquer diferenças que a criança ou adolescente possua.

O direito a uma escola e à ensino de qualidade está disposto na Carta Magna e deve atender a todos os brasileiros sem distinção. Além de se tratar de um direito constitucional, Leis esparsas, Decretos e Resoluções do Conselho Nacional de Educação visam sanar qualquer lacuna que por ventura ocorra.

Busca-se, dessa forma, garantir a inclusão do portador de deficiência auditiva ou surdos, no convívio social. Não há o porquê de manter crianças com essas necessidades em salas separadas, onde ela aprende, desde muito cedo, que é “diferente”. Essa criança apenas necessitará de ensino diferenciado, oferecido por profissionais capacitados e comprometidos com sua instrução, amenizando ao máximo sua permanência nos bancos escolares.

Segundo Brasil (2005), o Decreto 5.626/05 é um grande passo para que essa inclusão ocorra. O prazo é de dez anos, um tempo suficientemente curto para quem precisa se preparar para essa tarefa e muito extenso para aqueles que aguardam sua eficácia. Esse prazo reduz para um ano, a partir da publicação, para que os sistemas e as instituições de ensino da Educação Básica e as de Educação Superior incluam o professor de Libras em seu quadro do magistério.

Trata-se de um verdadeiro reconhecimento do direito de exercer a cidadania e um grande passo para o país. Há que se conscientizar, prioritariamente, os ditos “normais”, ou seja, os que não possuem deficiência, de que o direito à escola e à instrução é de todos, indistintamente. Esse trabalho inicia-se no ambiente familiar e deve envolver a todos.

O discurso de que 'há casos em que a inclusão não é possível' tem sido muito aplicado, especialmente, no tocante à deficiência mental. Casos extremamente graves, de crianças sem interação com o ambiente externo, não são admitidos em muitas escolas especiais.

A maioria dos alunos dessas escolas é composta por crianças e adolescentes, com e sem deficiência, que não poderiam estar fora das escolas comuns, e este conceito deve ser revisto prioritariamente. Para que essa inclusão seja eficaz e se torne uma realidade é necessário que os professores das séries iniciais e Ensino Fundamental dominem a língua de sinais e atendam às necessidades de seus alunos portadores de deficiência auditiva ou surdos.

A formação desses profissionais deve conter em sua grade curricular a Língua de Sinais, principalmente aqueles que ministram aulas em séries iniciais e ensino fundamental.

A LIBRAS permitirá aos estudantes brasileiros a oportunidade de exercer plenamente sua cidadania, pois sendo uma Língua de modalidade visual-gestual não há qualquer empecilho orgânico para sua aprendizagem. Somente a Língua de Sinais pode suprir a função de suporte para o pensamento, permitindo que o deficiente auditivo ou Surdo tenha um desenvolvimento normal, equiparado ao de uma criança ouvinte.

Conforme Felipe (2007):

As escolas podem ser um dos fatores de integração ou desintegração das comunidades surdas, dependendo da metodologia adotada. Se uma escola não oferece a língua de sinais, as crianças surdas que estudam nesta escola ou não vão conhecer a comunidade surda de sua cidade e, conseqüentemente, não aprenderão uma língua de sinais ou poderão interagir com os surdos de sua cidade somente (FELIPE, 2007, p.46).

Devido ainda a esta metodologia oralista, há alguns surdos que, vêm rejeitando a Cultura Surda e, conseqüentemente, a Libras, só querem utilizar a língua portuguesa, e há muitos surdos que, embora queiram se comunicar com outros surdos em Libras, devido ao fato de terem se integrado à Cultura Surda tardiamente, usam, não a Libras, mas um bimodalismo.

#### **1.4.2 Função do Professor**

Na esfera de ações do professor, há de se levar em consideração que o mesmo sempre planeja ações cujos objetivos devem atingir ou refletir-se no aluno. É imprescindível o olhar atento do professor cujo papel é investigar, buscar, conhecer, mostrar, intervir e conduzir o aluno, para que posteriormente, este siga com autonomia.

Especialmente no caso do aluno surdo incluído em escolas de ouvintes, as chamadas escolas inclusivas, nas quais o projeto político pedagógico e toda a cultura da escola são de ouvintes é necessária uma flexibilização em todo o espaço

escolar. A língua, neste caso, será aquisição considerável para que o processo de inclusão do aluno surdo se efetive.

Para Aquino (2007), o professor tem uma missão nobre que é levar conhecimento, dirigir as inteligências jovens e preparar os cidadãos conscientes, deste modo, mais do que educar, a grande missão do professor é fazer com que o aluno compreenda o mundo em que vive e como ele se define. Assim, contribuem para a formação de um aluno consciente e crítico, sendo capaz de atuar no presente e de ajudar a construir o futuro de uma sociedade mais igualitária e justa.

Como no caso observado, muitas escolas não estão preparadas no entanto, quando a maioria dos profissionais está envolvida e estão certos de seus papéis, embora cientes das dificuldades, optam por buscar e encontrar novas formas de aprender e ensinar - e é nesse intercurso que também se sentirão incluídos – abre-se o espaço das possibilidades.

Para Pereira e Mendes (2009), no sentido de preparar o professor para o ensino com alunos especiais, a exemplo dos surdos cabe ao sistema de ensino promover cursos de formação continuada para o seu corpo docente assegurando-lhes aptidões e inovações nas suas práticas pedagógicas de forma a atender às necessidades educacionais dos alunos surdos.

### **1.4.3 Função da Família**

Sobre tratamentos e terapias, pais e familiares de surdos devem procurar ajuda e conselho de pessoas que já passaram por problemas semelhantes, assim como entidades e associações de surdos e de profissionais especializados.

Pensar bastante antes de tomar cada decisão. A escolha do profissional adequado para o tratamento, o exame a ser realizado, o método a ser utilizado, a compra de um determinado tipo de aparelho auditivo - são Orientação aos Pais algumas decisões que não podem ser mudadas facilmente. A escolha errada pode significar o desperdício de muitos anos. Procurar descobrir a causa da surdez, pois isto ajudará a planejar as necessidades de estimulação, além de mostrar quais as chances de outros filhos nascerem com o mesmo problema. Muitas vezes é difícil para os pais aceitarem a criança surda, porém a união do casal e da família em

geral será essencial para a criança ter uma qualidade de vida melhor. A família, de uma forma geral, desempenha a função de cuidar, promover a saúde, o bem estar e dar proteção. Em uma família com filho surdo, acrescenta-se a isto a função da aprendizagem de uma outra língua, a Libras. O objetivo deste item foi identificar na literatura o papel da família junto ao filho surdo.

Felipe (2007) considera a família como agente primário de socialização, possuindo cada uma delas regras que regulam o seu funcionamento. As primeiras relações de afeto dos filhos são provenientes dos pais, e esse convívio será responsável por futuros comportamentos no meio social, permitindo ou não a sua adaptação. O desenvolvimento humano se dá no campo das relações sociais e o modo como os indivíduos se comportam em um dado contexto interacional é influenciado pelas normas, crenças, valores e papéis sociais, vinculados às instituições e à estrutura sociocultural da qual esses indivíduos fazem parte.

Para melhor compreender o papel da família no cuidado a uma criança surda, é necessário considerarmos os vários subsistemas componentes da família, que são independentes e desenvolvem relações únicas, e que todos os membros, inclusive a criança, influenciam e alteram esse sistema. Ela, portanto, não é mera receptora dos padrões sociais oriundos do meio ambiente.

Guarinello (2000) postula que, a despeito das transformações ocorridas no papel da mulher e da própria família através das gerações, suscitando o surgimento de novas práticas relacionadas à criação dos filhos, no interior da família, a mulher continua sendo, na família, a principal responsável pela criação dos filhos. E conforme os estudos analisados, essa responsabilidade aumenta quando se trata de um filho deficiente ou com necessidades especiais.

#### **1.4.4 O Papel das Interações Sociais**

A criança com deficiência auditiva se não puder se comunicar será duplamente ou amplamente deficiente, uma vez que não podera interagir com as pessoas.

Assim a família e a escola como instituição educacional têm a obrigação de buscarem para essa pessoa uma interação social efetivamente, desse modo, é

papel de ambos: escola e família promoverem ou buscarem promover a integração da criança com deficiência auditiva, por meio, primeiro da linguagem e segundo por meio de uma educação escolar adequada a proposta educacional bilíngue proporciona ao deficiente auditivo o desenvolvimento tanto da língua portuguesa escrita e oral quanto da linguagem de libras com ganhos significativos de aprendizagem e comunicação, devendo as escolas organizarem o serviço complementar para atendimento educacional especializado um trabalho educativo pois bilíngue.

Kozlowski (1998 *apud* LIMA, 2006, p. 24), afirma que “trabalho numa proposta bilíngue”, quer dar o direito e condições ao indivíduo surdo de poder utilizar duas línguas; portanto, não se trata de negação, mas de respeito; o indivíduo escolherá a língua que irá utilizar em cada situação linguística em que se encontrar.

Na prática, o acesso do aluno surdo à escola e ao atendimento educacional especializado geralmente tem sido tratado por métodos que visam basicamente à comunicação oral, ou dependendo do grau de surdez alguns surdos se beneficiam dessa prática, enquanto que as pessoas com surdez profunda continuam segregadas e discriminadas no contexto educacional, uma vez que habilidades sociais são consideradas fatores aprendidos para a emissão de comportamentos adequados, diante das diversas situações do cotidiano.

A criança precisa de modelos para aprender sobre os comportamentos aceitos socialmente, mas a dificuldade na comunicação impede que ela receba explicações precisas, coerentes e completas para desenvolver a percepção do que lhe é exigido. Por outro lado, a mãe, diante da dificuldade de comunicação, precisa de auxílio e orientação para exercer o papel de educadora e evitar atitudes equivocadas, que não auxiliem a aprendizagem, mesmo assim observam-se condições e empenho para que o brincar aconteça na interação da mãe ouvinte com seu filho deficiente auditivo severo e/ou profundo.

Muitos desses adultos surdos buscam inconscientemente “salvar/resgatar” o seu processo de aquisição da linguagem através da língua brasileira de sinais - língua de sinais brasileira. A raça humana privilegia tanto a questão da linguagem, isto é, a linguagem é tão essencial ao ser humano que, apesar de todos os empecilhos que possam surgir para o estabelecimento de relações através dela, os seres humanos buscam formas de satisfazer tal natureza. Os adolescentes, os

adultos surdos, logo quando se tornam mais independentes da escola e da família, buscam relações com outros surdos através da língua de sinais. No Brasil, as associações de surdos brasileiras foram sendo criadas e tornando-se espaço de “bate-papo” e lazer em sinais para os surdos, enquanto as escolas especiais “oralizavam” ou as escolas “integravam” crianças surdas nas escolas regulares de ensino.

Percebe-se, aqui, um movimento de resistência por parte dos surdos a um processo social, político e lingüístico que privilegiou o parâmetro do normal. Os surdos buscam através da língua a constituição da subjetividade com identidade surda em que o reconhecimento da própria imagem aconteça através das relações sociais entre surdos, determinando a significação do próprio eu. Portanto, a aquisição da linguagem é fundamental para que o sujeito surdo possa reescrever-se através da interação social, cultural política e científica.

O processo educacional ocorre mediante interação lingüística e deve ocorrer, portanto, na língua de sinais brasileira. Se a criança chega à escola sem linguagem, é fundamental que o trabalho seja direcionado para a retomada do processo de aquisição da linguagem através de uma língua visual-espacial, por isso podemos dizer que a aquisição da linguagem é essencial, pois através dela, mediante as relações sociais, constituir-se-ão os modos de ser e de agir, ou seja, a constituição do sujeito. Como mencionado por Góes (2002, p.31), “a produção de significados em relação ao mundo da cultura e a si próprio é um processo necessariamente mediado pelo outro, é efeito das relações sociais vivenciadas (...) através da linguagem”. É importante que a criança aprenda língua de sinais para que ela consiga se comunicar com as outras crianças do meio em que está inserida.

Na prática social, o lugar de ocupação da criança surda tem comprovado esse deslocamento teórico: os surdos têm se deslocado das APAEs e das Escolas Especiais para as escolas comuns; das poltronas das clínicas médicas, psicológicas e fonoaudiológicas para as cadeiras das universidades. Esse deslocamento parece acontecer em rede, ocasionando rupturas e realocações outras, reorganizando as relações de saber-poder dos surdos na sociedade e dos surdos consigo mesmos.

Todo esse cenário possibilita aos sujeitos uma tomada de consciência política e identitária – de si, da sua língua e comunidade – que favorece a construção de uma nova imagem de si e do micro e macro universo ao seu redor. Surdos não são



– e já não se consideram – inferiores, desvantajosos ou menos capazes que os ouvintes. Não são – e já não se consideram – “anormais” ou “deficientes”. E se preocupam com as relações de poder estabelecidas socialmente entre o seu grupo e o grupo dos não-surdos.

## **2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

### **2.1. CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**

A Escola Municipal pesquisada é uma instituição mantida e administrada pela Prefeitura Municipal de Ponta Porã, através do CNPJ n. 03434792/001 e nos termos da legislação em vigor. Foi criada pelo Decreto n. 2.278 de 05 de março de 1980 e encontra-se localizada no Bairro São João, na cidade de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul. Iniciou suas atividades de 1ª a 4ª séries com um número total de 48 alunos. No ano de 1991 foi implantado o funcionamento de 5ª a 8ª séries, através da Deliberação do Conselho Estadual de Educação – CEE, n. 2756.

A estrutura da escola é de médio porte, com ótimas condições de funcionamento, uma vez que recentemente passou por uma total reforma, possuindo 08 salas de aula, 01 secretaria, 01 diretoria computadorizada, 01 sala para professores, 02 banheiros para alunos, 01 banheiro para professores e 01 auxiliar administrativo. Inicialmente contava com uma zeladora, duas merendeiras e o vigia. Após o concurso, tomaram posse no dia 02 de maio: 03 merendeiras, 04 auxiliares de serviço geral, 02 vigias, 02 assistentes administrativos. Essa equipe auxilia na manutenção de uma ótima administração quanto à disciplina, higiene e outras atividades afins.

O incentivo à leitura tem primazia nesta instituição, motivo pelo qual visa à formação de leitores capazes de interpretar, formar conceitos, reflexionar, criticar, expressar corretamente e produzir textos. Para tanto a escola dispõe de um bom acervo bibliográfico, como também gibis, gravador, revistas e jornais, disponíveis ao corpo docente e discente.

Quanto à hierarquia, pode-se apresentar o seguinte quadro: Colegiado Escolar; Direção; Coordenação; Corpo administrativo; Corpo Docente; Corpo Discente. A filosofia da escola é assegurar um ensino de qualidade, garantindo

assim o acesso e permanência do aluno na escola e que, o mesmo tenha uma postura crítica, participativa na sociedade, num ambiente de criatividade, companheirismo e respeito pelo próximo.

A Escola Municipal tem como princípio centrar a Educação nas necessidades, interesses e aspirações do ser humano, considerando sua imaginação, sua atividade, sua liberdade de expressão, sua livre iniciativa, proporcionando-lhe o conhecimento de seus direitos e deveres, o desenvolvimento harmonioso de seu corpo e de seu cognitivo, o seu ajustamento ao ambiente natural e social; desenvolvendo-lhe a capacidade de mudanças, o espírito crítico, o estímulo, a inclinação vocacional e autorrealização.

A instituição oferece o Ensino Fundamental nos períodos matutino e vespertino com a seguinte finalidade:

1. Garantir ao educando, condições favoráveis a uma formação integral, despertando no mesmo suas potencialidades, visando a sua integração social e comunitária, como elemento capaz de participar na obra do bem comum.

2. Possibilitar a aprendizagem, o ensino, a pesquisa, a divulgação do pensamento, da arte do saber.

3. Propiciar o desenvolvimento da consciência política, filosófica e científica do aluno.

O objetivo geral é o de transmitir conhecimentos aos educandos para que atuem como cidadãos responsáveis, críticos, realistas, agentes de transformação social, capazes de analisar, entender e atuar competentemente no meio em que estão inseridos acompanhando as mudanças que estão ocorrendo dando condições de grandes melhorias no processo ensino-aprendizagem, oportunizando também qualidade no desenvolvimento do currículo.



## 2.2 SUJEITO DA PESQUISA

Os participantes da pesquisa são: Professora regente do 1º ano do Ensino Fundamental que atua há mais 15 anos em sala de aula formada em Pedagogia; Professor Intérprete que atua em sala de aula há 3 anos e aluno com deficiência auditiva que tem 7 anos de idade.

## 3. A PESQUISA

A metodologia utilizada no trabalho trata-se de um estudo de caso. Segundo Lüdke e André (1986, p.17) “O caso é sempre bem delimitado, devendo ter seus contornos claramente definidos no desenrolar do estudo”. O estudo de caso pode ser qualitativo ou não, porém Bodgan e Biklen (1982) apud Lüdke e André (1986) apontam como as características da pesquisa qualitativa: o ambiente natural como fonte de dados e o pesquisador como principal instrumento, sendo que os problemas devem ser estudados no ambiente em que eles ocorrem naturalmente sem manipulação do pesquisador. Os dados coletados devem conter muitas informações como descrições de pessoas, situações, entrevistas, fotografias, citações para esclarecer um ponto de vista, para que haja uma melhor compreensão do problema que está sendo estudado; A preocupação com o processo deve ser maior do que com o produto, pois o interesse do pesquisador ao estudar um determinado problema é verificar como ele se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas; O significado que as pessoas dão às coisas são focos de atenção especial, isto é, a tentativa de capturar a perspectiva dos participantes, da maneira como os informantes encaram as questões que estão sendo focalizadas; A análise dos dados tende a seguir um processo indutivo, o estudo inicia-se em focos de interesses muito amplos, que no final tornam-se diretos e específicos.

Um instrumento utilizado na pesquisa foi a observação. Para que se torne um instrumento válido e fidedigno de investigação científica, a observação precisa ser antes de tudo controlada e sistemática. Isso implica a existência de um planejamento cuidadoso do trabalho e uma preparação rigorosa do observador

(LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p.25). A observação exige, pois, um preparo do observador, porque, segundo Patton (1980) apud Lüdke e André (1986, p. 26) “para realizar as observações é preciso material, físico, intelectual e psicológico”. O observador, diz ele, “precisa aprender fazer registros descritivos, saber separar detalhes relevantes dos triviais, aprender a fazer anotações organizadas e utilizar métodos rigorosos para validar suas observações”, os quais serão a base para a sua análise.

Outro instrumento utilizado foi a entrevista que, segundo Lüdke e André (1986, p. 34), tem grande vantagem sobre outras técnicas, pois ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos. Segundo essas autoras, o tipo de entrevista, em educação, segue esquemas mais livres e menos estruturados, com base em um roteiro, porém flexível de acordo com aquilo que se quer descobrir. Tratando-se de pesquisa com problemática que permeia o ambiente escolar, pais, professores, diretores e outros.

Nenhum assunto lhes será estranho, portanto poderão discorrer facilmente como afirma, Será preferível e mesmo aconselhável o uso de um roteiro que guie a entrevista através dos tópicos principais a serem cobertos. Esse roteiro seguirá naturalmente uma certa ordem lógica e também psicológica, isto é, cuidará para que haja uma sequência lógica entre os assuntos, dos mais simples ao mais complexos, respeitando o sentido do seu encadeamento. Mas atentar-se também para as exigências psicológicas do processo, evitando saltos bruscos entre as questões, permitindo que elas se aprofundem no assunto gradativamente e impedindo que questões complexas e de maior envolvimento pessoal, colocadas prematuramente, acabem por bloquear as respostas às questões seguintes ( LÜDKE E ANDRÉ, 1986, p.36).

É importante delimitar não só o tema, mas também fazer um roteiro a seguir para realizar a entrevista e observação, assim é possível explorar melhor o tema.

A análise documental também se fez necessária na verificação de projetos relacionados ao tema, encontrado no Projeto Político da escola. Segundo este mesmo autor, esta pode se “constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema” (p.38). Para Lüdke e André (1986), uma das situações em que é apropriado o uso da análise

documental é quando se pretende ratificar e validar informações obtidas por outras técnicas de coleta, como a entrevista e a observação, caso da pesquisa por nós efetivada.

### **3.1 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS**

A escola onde se realizou o estágio apresenta no PPP algumas realidades não condizentes com a vivenciada. No PPP, entende-se, que a compreensão de uma nova atitude em relação à avaliação vai sendo construída coletivamente. Implicando, também, mudanças de ordem estrutural e burocrática, em que o professor tenha reais possibilidades para rever a sua metodologia.

E que para atingir essa concepção, procura-se aperfeiçoar o processo, por meio das reuniões pedagógicas, conselho de classe com professores, conselho de classe com alunos.

A intenção é avançar no tipo de avaliação diagnóstica e de processo. Mas o que se percebe no dia a dia é o ensino tradicional em sua maior parte, e em algumas atividades de alguns professores é que se percebe um trabalho voltado para o que rege o PPP da escola.

Através de diálogos com professores, podemos comprovar esta realidade, pois eles enfatizaram o descontentamento com o tipo de avaliação utilizada pela escola, caracterizando-a como 'tradicional'. Quanto às reuniões pedagógicas realizadas com o intuito de aperfeiçoar as metodologias utilizadas, constatou-se que não ocorrem com a frequência que se propõe no Projeto Político Pedagógico.

Bimestralmente é realizada uma reunião específica para o conselho de classe que é realizado por etapas. Na 1º etapa, todos os professores se reúnem com a coordenação e direção, em que se analisa o desempenho dos alunos em todas as disciplinas, os professores colocam sua posição a respeito de cada aluno, analisam-se também os aspectos gerais da turma e tudo é registrado em uma ficha individual de cada aluno.

Na 2ª etapa o coordenador reuniu os alunos, repassando todas as informações registradas pelos professores, ouvem-se os alunos e suas dificuldades, diferenças, reclamações, ns casos em que as informações trarão constrangimento

ao aluno, este é chamado à parte na sala da coordenação para conversar. Feitos os registros do desenvolvimento dos alunos, não são realizados estudos para identificar e modificar o desempenho do professor.

O quadro de professores da escola está em constante modificação, pela alta rotatividade dos professores efetivos, a escola convoca profissionais a cada semestre, todos os anos, pois há falta de professores habilitados em áreas específicas, obrigando a escola a contratar professores em formação ou até profissionais de outras áreas que possuam algum conhecimento para dominar os conteúdos, apesar de não terem formação acadêmica específica para exercer o cargo de professor.

Constatou-se que a escola enfrenta indisciplina em sala de aula, baixo rendimento dos alunos, falta de incentivo por parte dos alunos por não haver metodologia e didática condizente com a realidade de cada sala, de cada aluno.

### **3.2 As observações e a Entrevista com o professor**

As observações ocorreram do mês de março de 2015 até o mês de junho do mesmo ano. A sala do 1º ano do ensino fundamental foi escolhida pelo fato de ter um aluno com deficiência auditiva que é o foco principal da pesquisa. Entretanto, não se observou somente este aluno, mas sim, a sala como um todo. Ao iniciar as observações percebeu-se que a sala possui sinalizações em Libras, por exemplo: No armário tinha a palavra escrita em português e também em libras abaixo, também na mesa, cadeira, lousa, janela, porta, lixeiro. Os painéis: alfabeto, vogais e numerais da sala estavam escritos em português e em Libras. Notou-se que a sala do 1º ano tem uma rotina a seguir durante as aulas.

Primeiro a professora faz uma oração com os alunos e canta uma música infantil, em seguida, ela passa o cabeçalho na lousa e os alunos copiam no caderno, e então divide a aula em dois momentos: o primeiro momento é aula de português até a hora do intervalo e o segundo momento, aula de matemática que segue até o encerramento das atividades programadas para aquele dia. Nas atividades impressas constatou-se que a professora trabalha a mesma atividade com a turma toda, inclusive, com o aluno deficiente auditivo. Porém com um detalhe a atividade é

preparada toda sinalizada em libras, na aula de matemática os numerais ao lado em libras e quando é português o alfabeto em Libras. A professora regente explica a atividade na lousa enquanto isso o intérprete que senta de frente para o aluno explica tudo em língua de sinais para ele. A professora regente tem um relacionamento bom com o aluno surdo e eles se comunicam através da libras em alguns momentos como: Aluno pede para ir ao banheiro, tomar água, levar a atividade para a professora corrigir.

A entrevista, realizada com a professora regente e a intérprete do primeiro ano, buscando conhecer a visão delas em relação aos; fatores que interferem na aprendizagem de alunos com deficiência auditiva, conteve as seguintes questões como é o relacionamento com alunos com deficiência auditiva, de que forma o intérprete auxilia no ensino aprendizagem do aluno, quais as dificuldades que o professor e o intérprete encontram para trabalhar com deficientes auditivos e as dificuldades que o aluno apresenta. Esse questionário com questões de 1 a 6 encontra se em apêndice.

A primeira questão indagava, saber os fatores que interferem na aprendizagem de alunos com deficiência auditiva, a professora respondeu que “ O principal fator é a socialização, porque só tem um aluno surdo estudando na escola, outro fator é o aluno não ter conhecimento da Libras que interfere na comunicação com a Intérprete”, ressaltando que a intérprete sempre que tem um tempinho nas aulas ela ensina alguns sinais em libras para o aluno e com as sinalizações que a professora coloca na sala o aluno deficiente auditivo já aprendeu muitos sinais.

“O fato de a criança surda não ter outros parceiros com domínio em língua de sinais nos parece um aspecto negativo. Um grupo de surdos poderia favorecer mais discussões em sinais e trocas de idéias sobre os conteúdos a partir da ótica da surdez.” (LEITE, 2004 apud LACERDA, 2002: 124).

Se nessa escola ou até mesmo na própria sala de aula tivesse mais de um aluno deficiente auditivo de fato aconteceria uma boa socialização onde haveria trocas de experiências e conhecimento. Ainda na primeira questão a Intérprete responde que “Um dos fatores que interferem é o desinteresse da família em ensinar e aprender libras, porque para o aluno é bem mais fácil acompanhar quando a família incentiva e ajuda” segundo relatos da intérprete o aluno quando ingressou

na escola não tinha conhecimento algum em Libras, aos poucos ela esta ajudando ele.

A segunda questão aborda: como é seu relacionamento com alunos com deficiência auditiva, a resposta da Professora é “ Tento ter uma comunicação com ele, estou aprendendo Libras com a intérprete, para melhorar ainda mais nosso relacionamento”. Durante a observação notou que a professora regente faz questão de ter um contato com o aluno quando entrega e corrige sua atividade. A resposta da Intérprete foi a seguinte: “Como intérprete tento ter uma amizade e um profissionalismo ao mesmo tempo, para acolhê-lo ele e para ajudá-lo da melhor forma possível nas atividades, no aprendizado”

Na questão três: como o intérprete auxilia o professor e o aluno no processo ensino-aprendizagem, a resposta do professora regente foi: “Ajuda muito nas atividades explicando como realizar, porém, às vezes, traz atividades extra para o aluno fazer em sala e então ele deixa de fazer a atividade da sala para fazer a atividade que a intérprete trouxe” como relatou a professora. De fato, foi observado que a intérprete toma essa liberdade e traz atividades preparadas por ela para o aluno deficiente auditivo fazer. A Intérprete respondeu “ O intérprete tem sua função que é transmitir e interpretar aquilo que o professor está dizendo, mas não é só isso que acontece porque o aluno precisa de um acompanhamento melhor”

O intérprete precisa poder negociar conteúdos com o professor, revelar suas dúvidas, as questões do aprendiz e por vezes mediar a relação com o aluno, para que o conhecimento que se almeja seja construído. O incômodo do professor frente à presença do intérprete pode levá-lo a ignorar o aluno surdo, atribuindo ao intérprete o sucesso ou insucesso desse aluno (LACERDA, 2002: 123)

É muito importante que o professor regente tenha um bom relacionamento com o intérprete e com o aluno deficiente auditivo, pois o intérprete tem a função de auxiliar o aluno e não a de programar conteúdos nem metodologias; o ensino aprendizagem desse aluno é responsabilidade do professor regente como qualquer outro aluno da sala.

A questão quatro pergunta: existe um planejamento diferenciado ao aluno com deficiência auditiva pelo professor regente de turma? A professora regente responde “Não existe. O que faço é ter muita atenção quando planejo as atividades



pensando bem nesse aluno, se vai conseguir acompanhar, procuro sinalizar com libras ou figuras”. Foi observado que a atividade é de fato igual para todos os alunos porém bem ilustrada ou sinalizada por libras. A resposta da Intérprete “O professor regente faz a mesma atividade para a turma toda, mas ela tenta facilitar colocando bastantes elementos visuais e até mesmo sinalizando com Libras”

Questão cinco aborda: Quais são as maiores dificuldades que você encontra para trabalhar com deficiente auditivo, resposta da professora “ Mais difícil é fazer o planejamento da aula, porque tenho muitas dúvidas, se ele vai entender a atividade. Na hora de explicar também encontro dificuldades porque tenho que pensar nesse aluno também e fazer da forma mais clara possível” A resposta da Intérprete “A maior dificuldade é quando a criança não sabe libras então tenho que ensiná-la para ter uma boa comunicação com ela, mas tem outro problema, fica muito mais difícil quando em casa ela não se comunica através da Libras”.

Quando a criança surda nasce em uma família de ouvintes, provavelmente ela vai viver num contexto oralista, a comunicação entre ambos será, geralmente, pela língua oral, repercutindo em uma limitação lingüística, diferente da criança surda que nasce de pais surdos, pois esta tem a informação visual garantida pela Língua de Sinais (CÁRNIO, 1998, p. 120)

Muitas vezes os pais têm desinteresse em aprender libras, acabam se comunicando com o filho deficiente auditivo através de leitura labial, da mímica ou gestos; as crianças de pais surdos têm mais facilidade com a libras porque já crescem em um ambiente em que os pais se comunicam através dela.

Questão seis traz a indagação: Pelo seu conhecimento quais as maiores dificuldades que o aluno com deficiência auditiva apresenta por sua inserção no ensino regular? Resposta do professor: “ Na minha opinião, a maior dificuldade para ele é esclarecer suas dúvidas, pois fica com receio de não ser compreendido”, a resposta do intérprete foi “A dificuldade maior é ser visto como diferente diante dos coleguinhas, outra dificuldade é as pessoas não entenderem o que ele diz , e precisar da ajuda de outro para se comunicar”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentada buscou mostrar as dificuldades do professor para trabalhar com alunos com deficiência auditiva, e também as dificuldades que o aluno deficiente auditivo enfrenta na escola de ensino regular, levando o leitor a compreender que a família tem papel determinante sobre a formação da personalidade humana, moldando comportamentos do homem e influenciando suas relações com o meio ambiente. Ela é considerada a mais importante instituição social e sua instabilidade é causadora de uma série de crises e conflitos.

Como foi constatado, a família é de extrema importância no processo de aprendizagem dos alunos surdos, mas as famílias nem sempre estão preparadas para ajudar e quase todos são desprovidos do conhecimento de libras, dificultando o processo

É na família que o ser humano consegue sobreviver, aprender valores, desenvolver uma cultura, sentimentos de amor, amizade e afeto. Iniciam-se em seu seio os primeiros passos e os primeiros balbucios, resultando, desta forma, o início do processo de interação familiar. No ambiente familiar do surdo, evidenciamos o sentimento de despreparo da maioria das famílias para lidarem com a surdez, pequeno interesse de aprenderem e realizarem a língua de sinais com o filho, acarretando a falta de utilização de uma mesma língua com esse indivíduo, e, conseqüentemente, a baixa qualidade dessa comunicação. Acredita-se que o processo de alfabetização do aluno surdo desde que esse ingresse na escola não é responsabilidade apenas do professor, mas uma conquista que exige muito estudo, trabalho, dedicação de todas as pessoas envolvidas nesse processo; no caso, o aluno surdo, a família, os professores, o intérprete de LIBRAS, os alunos ouvintes, profissionais em geral e a sociedade.

O processo de mediação contempla a relação com o outro e diz respeito, sobretudo, à apropriação de instrumentos físicos e psicológicos que proporcionem o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, em um contexto sociocultural. Os signos representam a constituição de um conjunto de conhecimentos no percurso da história social para a individual. Na relação com os adultos, a criança reconstrói internamente as formas culturais de ação e pensamento, palavras, valores e significados. Essa compreensão é fundamental para sublinhar a importância da

mediação docente, bem como realizar um contraponto com posicionamentos que defendem o fato de que as experiências adquiridas no contexto cultural não influenciam as capacidades cognitivas.

A Língua de sinais é muito importante para a criança deficiente auditiva conseguir se comunicar e se relacionar com a intérprete dentro da sala de aula. Se em casa a família começar a ensinar a Libras desde cedo o desenvolvimento do aluno com certeza vai melhorar muito; pois os pais não só influenciam como devem e podem apoiar e incentivar muito a criança.

Pelo que se pesquisou, conclui-se que o aluno surdo não precisa necessariamente de um planejamento diferenciado para acompanhar a turma, basta que o professor elabore um plano com mais elementos visuais e, se possível, com sinalizações em Libras e assim com a ajuda do intérprete, que é indispensável e da família, reforçando em casa, o aluno surdo desenvolverá e acompanhará o ritmo da turma tranquilamente.

A sociedade deve acreditar no potencial dos deficientes auditivos, pois se bem estimulados, precocemente, podem levar uma vida normal, com as mesmas capacidades intelectuais de qualquer outra pessoa.

Após as observações e entrevistas, alguns pontos foram identificados, e sugestões foram oferecidas, como contribuição da pesquisa: Propostas de assessorias como: Aulas de reforço em sala de recurso; Capacitação do corpo docente; Reunião com os pais (capacitação); Material pedagógico direcionado para alunos com limitações.

Acredita-se, pois com esta pesquisa que se tenha podido colaborar, no ambiente educacional para essa problemática que faz parte do cotidiano escolar atual.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 05.10.1988. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10436/02. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm)>. Acesso em: 15 ago. 2014. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências, 2002.

\_\_\_\_\_. Lei Federal nº. 7853/89. Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.098. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, de 19 de dezembro de 2000.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 e que Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais-Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

FELIPE, T.A.; Libras em contexto. 8 ed. Rio de Janeiro : Wal Print Gráfica e Editora, 2007.

FLEINER, T. O que são direitos humanos? São Paulo : Max Limonad, 2003.

GESSER, A. Libras? Que língua é essa? : crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo : Parábola Editorial, 2009.

GOES, M.C.R.de. Linguagem, surdez e educação. 3.ed.revista. Campinas, SP : Autores Associados, 2002.

GOLDFELD, M. A criança surda: Linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista. São Paulo: Plexus, 1997.

GUARINELLO, A. C. A influência da família no contexto dos filhos surdos. Curitiba : J. Bras. Fonoaudiol, v. 3, 2000.

LACERDA, Cristina B. F. de. O intérprete educacional de língua de sinais no ensino fundamental: refletindo sobre limites e possibilidades.In: LODI, Ana Claudia .et al Letramento e minorias. Porto Alegre: Mediação, 2002.

LEITE, Emeli Marques. Os Papéis do Intérprete de Libras na Sala de Aula Inclusiva. Rio de Janeiro: Editora Arara Azul, 2004.

LIMA, D.M.C.A. Educação infantil saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização: surdez. 4.ed., Brasília: MEC. Secretaria de Educação Especial, 2006.

LOUREIRO, C.B.C. Informática na Educação de Surdos: Processo de Apropriação da Escrita da Língua de Sinais e da Escrita da Língua Portuguesa. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A, Pesquisa em educação : abordagens Qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

PEREIRA, V. A.; MENDES, E. G. Análise conceitual da deficiência auditiva: perspectivas históricas e educacionais. In: da COSTA, M. da P. R. (Org). Educação Especial: aspectos conceituais e emergentes. São Carlos: EDUFSCar, 2009.

QUADROS, R. M.; KAUNOPP, L.B. Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos. Porto Alegre : Artmed, 2004.

QUADROS, R.M. O tradutor e intérprete de língua de sinais brasileira e língua portuguesa. Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília: MEC, 2002.

SACKS, Oliver. Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Contexto, 1998.

SANTANA, A.P. Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas. São Paulo : Plexus, 2007.

SILVA, I. R.; KUCHAKJE, S.; GESUELI, Z.M. 3.ed. Cidadania, surdez e linguagem: desafios e realidades. São Paulo : Plexus Editora, 2003.



# FACULDADES MAGSUL

*Pedagogia: Aut. Dec. nº 93110 de 13/08/86 / Reconhecido Port. nº 717 de 21/12/89/ Renovação Rec. Port. nº 286 de 21/12/2012  
Mantida pela A.E.S.P.*

*Av. Presidente Vargas, 725 – Centro – Tel.: (67)3437-3804 – Ponta Porã – MS  
Home Page: [www.magsul-ms.com.br](http://www.magsul-ms.com.br) E-mail: [magsul@terra.com.br](mailto:magsul@terra.com.br)*

---

## APÊNDICE-A

**Considerando a pesquisa de monografia da acadêmica Elaine Dorneles Gomes, responda ao questionário a seguir:**

### ENTREVISTA AO PROFESSOR

- 1-Quais são os fatores que interferem na aprendizagem de alunos com deficiência auditiva?
- 2- Como é o seu relacionamento com alunos com deficiência auditiva?
- 3- Como o intérprete auxilia o professor e o aluno no processo ensino aprendizagem?
- 4- Existe um planejamento diferenciado direcionado ao aluno com deficiência auditiva pelo professor regente de turma e o intérprete?
- 5- Quais são as maiores dificuldades que você encontra para trabalhar como professor regente com alunos com deficiência auditiva?
- 6- Pelo seu conhecimento quais as maiores dificuldades que o aluno com deficiência auditiva apresenta por sua inserção no ensino regular?



## APÊNDICE-B

**Considerando a pesquisa de monografia da acadêmica Elaine Dorneles Gomes, responda ao questionário a seguir:**

### ENTREVISTA AO INTÉRPRETE

- 1-Quais são os fatores que interferem na aprendizagem de alunos com deficiência auditiva?
- 2- Como é o seu relacionamento com alunos com deficiência auditiva?
- 3- Como o intérprete auxilia o professor e o aluno no processo ensino aprendizagem?
- 4- Existe um planejamento diferenciado direcionado ao aluno com deficiência auditiva pelo professor regente de turma e o intérprete?
- 5- Quais são as maiores dificuldades que você encontra para trabalhar como intérprete com alunos com deficiência auditiva?
- 6- Pelo seu conhecimento quais as maiores dificuldades que o aluno com deficiência auditiva apresenta por sua inserção no ensino regular?

ANEXO